

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

TRABALHO E GERENCIALISMO NO SERVIÇO PÚBLICO: tendências contemporâneas

Rodrigo de Souza Medeiros¹

RESUMO

As mudanças no mundo do trabalho estão na esteira da flexibilização; precarização e aprofundamento do estranhamento das relações de trabalho, assim, agudizando a contradição capital x trabalho, tendo refrações para os diversos segmentos que se inserem a classe trabalhadora, a exemplo o serviço público, que sofre as determinações dessa realidade. Diante desse movimento, esse ensaio teórico com pesquisa bibliográfica sob o enfoque do materialismo histórico-dialético, busca apreender as tendências do gerencialismo no serviço público, para tanto, partiremos de alguns apontamentos do mundo do trabalho na contemporaneidade e problematizaremos o gerencialismo no serviço público. Diante das reflexões suscitadas, a imbricação do neoliberalismo e da reestruturação produtiva desembocou no movimento de transferência do modelo gerencial da iniciativa privada para os serviços sociais estatais, provocando uma inversão de valores, tendo impacto no trabalho do/a servidor/a público/a, como também, comprometendo a efetivação dos direitos sociais mediados pelas políticas sociais.

Palavras-chave: Gerencialismo; trabalho; serviço público

ABSTRACT

The changes in the world of work are in the wake of flexibility; precariousness and deepening of the estrangement of work relations, thus, exacerbating the capital x work contradiction, having refractions for the different segments that are part of the working class, such as the public service, which suffers the determinations of this reality. Faced with this movement, this theoretical essay with bibliographic research under the focus of historical-dialectical materialism, seeks to apprehend the tendencies of managerialism in the public service, for that, we will start from some notes of the world of work in the contemporary world and we will problematize managerialism in the public service. In view of the reflections raised, the imbrication of neoliberalism and productive restructuring resulted in the transfer of the managerial model from the private initiative to state social services, causing an inversion of values, having an impact on the work of the public servant, but also compromising the effectiveness of social rights mediated by social policies.

Keywords: Managerialism; work; public service

¹ Assistente Social. Doutorando no Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UFRN; membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Questão Social, Política Social e Serviço Social - UFRN. E-mail: rodrigo.souza@ufrn.br

PROMOÇÃO



APOIO



1 INTRODUÇÃO

Pretendemos sob o prisma teórico com base no método materialista histórico-dialético, analisarmos o avanço do gerencialismo no trabalho dos agentes públicos que planejam e executam as políticas sociais, para tanto, partimos da premissa de analisarmos a categoria trabalho diante do caráter ontológico, como fundante da vida social. Dessa forma, caracterizando o trabalho na sociabilidade capitalista, sob predomínio do trabalho assalariado.

Desse modo, compreendemos que as metamorfoses do trabalho assalariado estão inseridas diante da crise do capital, no momento de acirramento da contradição capital-trabalho, em que as mudanças na produção e da condição de assalariamento são alteradas. Como expoente contemporâneo, vivenciamos a contínua reestruturação produtiva sob o predomínio do modo de produção flexível (Toyotista), tendo como marcas a desproteção social, trabalhista, previdenciária e contrarreforma do aparelho do estado.

Essa realidade penetrou de forma massiva o serviço público, momento que a reestruturação produtiva através das ferramentas e estratégias de gestão, avançaram sob o enfoque da rentabilidade da produção, provocando consequências para os/as trabalhadores/as do Estado e usuários/as.

Esse fenômeno, caracterizou a transferência do modo gerencial da iniciativa privada para o Estado, alterando a não somente a forma-Estado, como também, as relações de trabalho no âmbito dos serviços públicos, determinadas pela terceirização e aumento da intensificação e estranhamento no trabalho.

Nesse breve ensaio teórico através de pesquisa bibliográfica, buscamos apreender as tendências do gerencialismo no serviço público, para tanto, partiremos de alguns apontamentos do mundo do trabalho na contemporaneidade, em seguida problematizaremos o gerencialismo no serviço público e as refrações desse fenômeno para os/as trabalhadores/as do Estado, por fim teceremos considerações ao final deste artigo.

PROMOÇÃO



APOIO



2 BREVES APONTAMENTOS ACERCA DO MUNDO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE

Neste estudo buscamos organizar a categoria trabalho a partir das análises de Lukács (2013), visto que essa categoria reitera e concebe a ontologia do ser social em Marx, compreendida como fundante nas relações humanas, partindo do pressuposto da racionalidade e capacidade do homem em projetar, alcançando a essência teleológica do trabalho, tendo este como modelo de toda *práxis* social (LUKÁCS, 2013). Compreendendo essa categoria como fundante da vida social, entendemos que ao mesmo tempo em que o homem transforma a natureza, ele transforma sua subjetividade e as relações socialmente estabelecidas.

Para Marx (2010) o trabalho, atividade vital do homem passa a ser vendida como mercadoria ao capital, sendo apenas o único meio para poder existir, ou seja, o trabalho livre na sociedade de classes, aprisiona a classe trabalhadora a venda da força de trabalho para viver, caracterizando o trabalho assalariado, abstrato e alienado.

Antunes (2018) complementa que o trabalho assalariado não corresponde como atividade vital do homem, ou seja, o trabalho que tem sentido, humaniza, liberta, emancipa e esteja direcionado para as necessidades sociais, produção de bens úteis. Ao contrário, no trabalho alienado, estranhado e fetichizado, o homem perde a autoatividade de trabalho, e perde-se de si mesmo, pois ele pertence ao outro. A atividade fica esvaziada de sentido, com imposição de metas e requisição insistentemente ao desempenho e produtividade.

Podemos compreender que com o trabalho assalariado, a classe trabalhadora não controla os processos de trabalho de modo a produzir para satisfazer as suas necessidades, compreendendo essa categoria como fundante do ser social, o estranhamento perpassa as relações da vida social, em que os “valores de uso socialmente necessários subordinou-se ao seu valor de troca” (ANTUNES, 2018, p.114).

Antunes (2015) entendendo o trabalho como um processo histórico, o situa na sociabilidade burguesa, e com isso, o compreende como algo que deveria ser

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



finalidade básica do ser social. No entanto, este tem sido degradado e aviltado: o que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz-se a única possibilidade de subsistência, assim, conformando estranhamento ao processo de trabalho.

O autor contextualiza as metamorfoses do mundo do trabalho na contemporaneidade, sobretudo a partir da década de 1990, onde se efetivou uma expressiva expansão do trabalho assalariado, principalmente no setor de serviços, em uma situação de heterogeneização do trabalho, onde vivenciamos também uma subproletarização intensificada com a expansão do trabalho parcial, precário, subcontratado e “terceirizado” (ANTUNES, 2015).

Nesse contexto, desenvolve-se em escala global um processo de reestruturação produtiva, juntamente com o avanço e a legitimação do projeto neoliberal (ANTUNES; PRAUN, 2015). Diante desse panorama, Antunes (2011) observa no Brasil um nítido crescimento das relações de trabalho mais desregulamentadas, gerando uma diminuição dos assalariados com carteira assinada para um aumento dos trabalhadores sem carteira, aumentado a informalidade, subcontratação e trabalho temporário. Outra característica que o autor destaca na intensificação da reestruturação produtiva no Brasil a partir da década de 1990, refere-se à nítida mescla entre elementos do fordismo, que ainda encontram vigência acentuada, com as novas formas de acumulação flexível, configurando uma realidade que comporta elementos de continuidade e descontinuidade. Assim, apreendendo a processualidade histórica do mundo do trabalho no Brasil, em que as características arcaicas e modernas se mesclam na realidade de trabalhadoras e trabalhadores brasileiros.

Frente a atual crise do capital, aprofunda-se a precarização e mudanças no mundo do trabalho que estão operando de forma mais acelerada, conforme acentua-se a crise e processo de reestruturação produtiva a partir da década de 1970, com contornos após crise global de 2008, tendo como marcas a terceirização; informalidade; desproteção social trabalhista e previdenciária.

Tonelo (2020) indica que na última década deste século (pós crise de 2008) há três aspectos que expressam “salto qualitativo” da exploração do trabalho, dentre

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



eles: mudanças nas relações trabalhistas, afetando setores tradicionais do proletariado e do funcionalismo público; incorporação massiva da força de trabalho imigrante; aprofundando a exploração destes e a introdução de novas tecnologias como a Indústria 4.0 e as economias de plataforma (*Uber, Ifood, Rappi*, dentre outros), as quais “regularizam” o trabalho intermitente, a “pejotização”, implosão dos direitos trabalhistas como férias, décimo terceiro, seguro-desemprego, licença maternidade, além da eliminação da jornada de trabalho, sendo estes últimos constituintes do fenômeno da *uberização* do trabalho.

A luz dessa discussão de precarização do trabalho nos serviços sociais, a título de exemplo, constatamos uma expansão nos últimos anos de trabalhadores/as contratados/as pela EBSEH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares) por período temporário, ao invés de contratos permanentes, sem prazo de término do contrato. No ano de 2020 as contratações foram de 774 empregados permanentes e 4.104 empregados temporários (EBSEH, 2020). Em 2021 foram 2.821 empregados permanentes e 1.004 empregados temporários (EBSEH, 2021).

Ainda sobre esse aspecto dos hospitais universitários geridos pela EBSEH, o argumento que sustentam a questão da contratação de temporários centra-se no contexto pandêmico, ao mesmo tempo, ele esbarra-se com a uma das motivações de criação da empresa e recomendação do TCU (Tribunal de Contas da União), que seria a eliminação do que os relatórios denominam de “vínculos precários”, que seriam aqueles/as trabalhadores/as vinculados/as às Fundações Universitárias. Ao tratarmos a contratação temporária como elemento de precarização do trabalho, pois não possibilita uma garantia fundamental: a estabilidade no trabalho, apontamos essa medida como processo contraditório e difuso do acordo realizado com o TCU. Ao tratarmos dos vínculos temporários, importante ressaltar que esta prática está sendo recorrente no interior da administração pública nos diferentes entes de governo, seja a união, estados ou municípios.

Ainda sobre a precarização no mundo do trabalho, Raichelis; Aregui (2021), ao tratarem do trabalho da/o assistente social na contemporaneidade, nos apontam para a heterogeneidade dos/as trabalhadores/as pertencentes a uma mesma categoria e política pública, tipificando a continuidade do processo de reestruturação produtiva no

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



trabalho e do capital, característica de acordo com as autoras, da (nova) morfologia do trabalho.

Dentre esses processos, ao lado do (a) servidor(a) público, estatutário com contrato regido por regime jurídico próprio (profundamente atacado nesse momento), encontramos os mais variados vínculos contratuais, entre os quais: os chamados PJs ou “pejotização” no jargão da área; a terceirização; o trabalho temporário; o trabalho em tempo parcial, por tarefa, por projeto; o trabalho intermitente, entre outros. (RAICHELIS; ARREGUI, 2021, p. 144)

De fato, o caráter heterogêneo que marca uma tendência dos/as trabalhadores/as das políticas sociais está engendrado sob determinações do avanço do gerencialismo na estruturação destas.

3 GERENCIALISMO NO SERVIÇO PÚBLICO: precarização do/a trabalhador/a do Estado

É notória que a lógica gerencialista da administração pública acompanha os movimentos e ferramentas da reestruturação produtiva, tendo nesse âmbito a associação ao neoliberalismo, com o desenvolvimento das TIC's (Tecnologias da Informação e Comunicação) como elemento para aumentar o controle e intensificação no trabalho, como exemplo, enfatizamos a Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020 do Ministério da Economia, que trata do Programa de Gestão do trabalho dos órgãos vinculados à administração pública federal.

Em suma, esse programa busca regulamentar o teletrabalho na administração pública federal, pois nesta modalidade, pretende-se não mais mensurar o trabalho por horas trabalhadas, mas sim por entregas a serem realizadas com prévio acordo junto ao gestor, estratégia explícita para o aumento da produtividade, diante do subfinanciamento das políticas sociais e para a diminuição de demanda por concurso público.

Essa modalidade apresenta-se, portanto, para dar continuidade ao contexto de trabalhadores/as que estiveram em trabalho remoto no momento de implementação de medidas de restritivas para minimizar o contágio pela COVID-19, mas o que está por trás são elementos de precarização do trabalho, visto que o servidor/a perde a

PROMOÇÃO



APOIO



referência do ambiente de trabalho e as potencialidades coletivas de resistência e solidariedade (espaço público) e o transfere para o domicílio (espaço privado), além de arcar com o custo de todos os materiais e tecnologias necessárias para a execução das atividades (computador, periféricos, internet, materiais de escritório, dentre outros), desonerando o Estado.

Importante enfatizar que essa medida que acentua mais a intensificação e precarização do trabalho para as mulheres, devido estrutura de reprodução social do trabalho (cuidado com familiares e tarefas domésticas), como também, dificultará ainda mais o acesso da população aos serviços, onde os pontos de atendimento físicos irão desaparecer em razão da alocação de atendimentos virtuais e informatizados. Esse quadro, acelerou no INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) a digitalização do acesso, através da ampliação de atendimentos via aplicativo (Meu INSS) e telefone, migrando os serviços ofertados presencialmente para a disponibilidade apenas digital (VALENTIM; PAZ, 2022).

Podemos destacar que o modelo gerencial está inserido na administração pública, penetrando os mais diversos serviços sociais prestados para a população. Para tanto, acreditamos que seja fundamental analisarmos os mecanismos de gestão do trabalho, entendendo o gerencialismo como tendência contínua para os serviços sociais prestados pelo Estado.

Preliminarmente importante destacarmos que a ideologia gerencialista, oriunda na esfera privada, ela tende a se espalhar nos setores públicos e não comerciais (GAULEJAC, 2007). Pois: “Hoje, tudo se gere – as cidades, as administrações, as instituições, mas também a família, as relações amorosas, a sexualidade, até os sentimentos e emoções” (GAULEJAC, 2007, p. 32).

Em outros termos, o complexo da vida social está sob gestão, o indivíduo apresenta-se como empreendedor de sua própria vida, consubstanciando valores neoliberais como individualismo, competitividade, responsabilização do sujeito e narcisismo. De certo modo, a interlocução do neoliberalismo com a reestruturação produtiva são o terreno para a acumulação flexível (toyotismo), cuja a ferramenta do gerencialismo é fundamental para a extração de maior contingente de mais-valia.

Gaulejac (2007) ao tratar do gerencialismo, pontua que está imbuído pelo que

PROMOÇÃO



APOIO



ele denomina de obsessão pela rentabilidade financeira, torna-se relevante considerarmos o imperativo da lógica financeira nas relações de produção social nas empresas. Para ser competitivo no mercado financeiro as empresas estão desafiadas pela imediaticidade do lucro, dada a competitividade no âmbito do capital financeiro para a captação de investidores e acionistas, ou seja, a empresa tornou-se produto financeiro cujo valor é diariamente avaliado pelos mercados.

Essa financeirização da produção exige das empresas a busca pela rentabilidade imediata com estratégias de aumento da produção em curto prazo, pressão por número e instrumentos, em detrimento sobre a reflexão dos processos.

Essas condições impõem *stress* no sistema produtivo, pautado pelo gerenciamento imediato, pois aqui o interesse está na realização da produção no tempo exato em maior quantidade e qualidade possível com os mesmos ou menos meios para a execução das tarefas (GAULEJAC, 2007).

As crenças do gerencialismo estão pelo: progresso social ocorrer pelos contínuos aumentos na produtividade econômica; a produtividade aumenta através da aplicação de tecnologias de organização e informação; a realização da aplicação das tecnologias se realiza através de uma força de trabalho disciplinada pelo ideal da produtividade; o *management* - as escolas de administração, as empresas de consultoria, os “gurus” empresariais e mídias de negócios, desempenham um papel importante no planejamento e implementação de melhorias necessárias para produtividade e o direito de administrar dos gerentes (PAULA, 2005).

Ao tratarmos desse modo gerencial próprio dos tempos de financeirização do capital, o imbricamos às ferramentas e formas de organização do trabalho advinda do padrão de produção toyotista: produção vinculada à demanda, em outros termos, com a requisição do mercado; trabalho em equipe e polivalência, os/as trabalhadores/as realizam várias funções, sob a ótica da cooperação para alcance das metas, estimulando a vigilância entre os/as próprios/as trabalhadores/as; *Just-in-time/Kaban*, mecanismos de controle da produção para redução de custos, produzindo somente o quantitativo produtivo de acordo com a necessidade, evitando desperdício; terceirização como pilar das relações de trabalho e os Círculos de Controle da Qualidade para a melhoria da produção (ANTUNES, 2018).

PROMOÇÃO



APOIO



A reestruturação produtiva engendrada pelo modo de produção flexível está constituída em plena sintonia com a financeirização do capital, pois através do gerenciamento da organização do trabalho, os objetivos de manutenção das taxas de acumulação dos capitalistas se perseveram em detrimento da deterioração dos/as trabalhadores/as e de todo ecossistema planetário.

Importante nos atentarmos que além desses impactos com base material e concreta no cotidiano dos/as trabalhadores/as, a subjetividade dos/as mesmo/as está em constante captura pelos mecanismos gerenciais que estimulam a “colaboração”; competitividade; metas operacionais; individualismo, insegurança e medo. Alves (2011) refere-se a captura da subjetividade da classe trabalhadora no modelo de produção toyotista, cujo objetivo é dispor da capacidade intelectual-afetiva dos/as trabalhadores/as para cooperação com a lógica de valorização do capital.

Essa forma flexível de valorização do trabalho espalha-se sob os diversos segmentos produtivos, nós iremos centralizar as análises para o setor de serviços, particularizando o serviço público. No setor de serviços, caracterizado pelo trabalho imaterial, Antunes (2018) nos coloca a hipótese de que o crescimento do trabalho imaterial, apesar do trabalho material ser o elemento dominante na produção capitalista, desempenha na contemporaneidade relevante papel na conformação do valor, considerando as cadeias globais de produção, em que há uma imbricação do setor de serviços com os complexos industriais.

[...]Uma vez que o valor é cada vez mais resultante de trabalho social e coletivo, complexo e combinado, predominantemente material, mas crescente em seus traços de imaterialidade, ambos presentes nas novas cadeias produtivas globais, cada vez mais imbricados e interrelacionados. Assim, é preciso enfatizar que o trabalho imaterial se tornou também parte integrante e vital da forma-mercadoria, em vez de ser excluído do complexo processo de criação do valor que encontra vigência no capitalismo financeiro, informacional e digital de nosso tempo (ANTUNES, 2018, p. 51).

Partimos da concepção que o setor de serviços está inserido no complexo valorativo do capital, sendo estratégico na extração de mais-valor no processo de aquisição de matérias-primas, circulação e venda de mercadorias, está última ao considerarmos a indústria dos serviços privados presentes nos setores da educação,

saúde, previdência. Nosso desafio está em pensar essa estrutura de relações sociais no serviço público.

Para tanto, há necessidade de situarmos sob o prisma da teoria social crítica, a colocação dos/as trabalhadores/as do Estado diante das relações sociais de produção. Deste modo, ao considerarmos os/as servidores/as públicos/as vinculados/as à administração pública federal, estadual; municipal ou distrital, nos desafia a desvelar quem são esses/as trabalhadores/as no circuito de produção e reprodução social do capital? Para que possamos aprofundar a construção histórica e estrutural a qual estão inseridos/as na produção capitalista contemporânea.

Para tanto, partiremos no direcionamento da problematização realizada por Marx (1978) acerca do trabalho produtivo e improdutivo no capitalismo e inserção do trabalho assalariado no setor produtivo de serviços. Marx no Capítulo VI (Inédito) do livro 1 do Capital discorre que “Todo trabalhador produtivo é assalariado, mas nem todo assalariado é trabalhador produtivo” (MARX, 1978, p. 72). Na construção teórica do autor a partir da crítica da econômica política, perpassa a compreensão de trabalho produtivo àquele em que a força de trabalho empregada produz mais-valia, ou seja, produto da produção capitalista que possibilita a autovalorização do capital. Assim, o trabalho improdutivo é aquele que não produz mais-valia, tendo a emprego da força de trabalho caracterizado na produção de valor de uso ou como serviço.

Marx (1978) ainda atenta que independente do trabalho ser produtivo ou não, os trabalhadores de serviços estão sob as leis que regulam o preço do trabalho assalariado. Como exemplo, ao redirecionarmos essa discussão para os/as profissionais dos serviços de saúde na contemporaneidade, podemos enfatizar àqueles/as que produzem mais-valia, vendendo a força de trabalho para capitalistas dos monopólios de planos e seguradoras privadas de saúde e àqueles/as que vendem a força de trabalho para o Estado não produzindo mais-valia, porém ambos/as estão sob os ditames do trabalho assalariado e os constrangimentos que lhe são constituintes.

Na discussão dos/as trabalhadores/as do Estado, recorreremos ao estudo de Duarte (2017) que pela tradição marxista trata do trabalho docente do/a assistente social nas universidades federais. Nessa pesquisa a autora infere que diante das

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

medidas neoliberais que adentram as políticas sociais e avançam no processo de contrarreforma do Estado, em que a universidade está inserida no processo de reorganização capitalista, de financeirização da vida e da economia, aliando-se ao capital financeiro. O trabalho docente nas universidades federais conforma-se em um contexto de trabalho cada vez mais intensificado e precarizado pela organização do mundo do trabalho contemporâneo, inserido na dinâmica atual do capital. Ainda referente ao trabalho docente nas federais enfatiza que

[...] independentemente da localização do trabalho do professor do magistério superior no campo produtivo ou improdutivo (nos termos de Marx), ambos estão inseridos no predomínio do capital financeiro mundializado e, de uma maneira ou de outra, constituem-se como parte integrante e orgânica do processo que serve à autovalorização do capital (DUARTE, 2017, p. 193).

A partir dessas análises, partiremos do entendimento que os servidores/as públicos/as vendem sua força de trabalho ao Estado em troca de salário, caracterizando o trabalho assalariado. Captando a partir da compreensão marxista de que esses/as trabalhadores/as não estão diretamente no processo de produção de mais-valia, mas estão em relações sociais do capital, tendo o Estado burguês no processo expropriação de direitos e como aporte na arrecadação de fundos, impostos da classe trabalhadora para o pagamento desses/as trabalhadores/as. Assim entendemos que esses/as trabalhadores/as não deixam de fazer parte da engrenagem do capital, mesmo não produzindo mais-valia.

Desta forma, os/as trabalhadores/as do Estado não estão ilesos das expropriações de direitos que perpassam a classe trabalhadora, pelo fato de comporem essa classe, também, considerando que as políticas sociais estão gradativamente alocadas sob a lógica privada, em que o processo contínuo de reestruturação produtiva consolida o modo gerencial no interior da administração pública, impactando na gestão do trabalho e nos serviços ofertados à população usuária.

No Brasil, essa discussão sobre necessidade de mudança do paradigma na estruturação da administração pública esteve em torno do Plano Diretor de Reforma Administrativa do Estado. Um dos intelectuais dessa mudança Pereira (2006) enfatizava a urgência no Brasil de uma administração pública moderna e eficiente,

PROMOÇÃO



APOIO





através da mudança de uma gestão burocrática para a gerencial, considerando está última mais coerente com o capitalismo contemporâneo.

Levando em conta que a gestão burocrática está restrita aos processos para contratação de pessoal, compra de bens e serviços e satisfazer as demandas dos cidadãos, diante do escopo patrimonialista para evitar o nepotismo e a corrupção, não considerando a alta eficiência envolvida. Enquanto a gestão gerencial está direcionada para a obtenção de resultados, aferindo um rígido controle sobre o desempenho da organização (PEREIRA, 2006).

Ao tratar da força de trabalho na administração pública, o ex Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado (1995-1998) é categórico ao afirmar que “para podermos ter uma administração pública moderna e eficiente, compatível com o capitalismo competitivo que vivemos, seria necessário flexibilizar o estatuto da estabilidade dos servidores/as públicos/as de modo a aproximar os mercados de trabalho público e privado” (PEREIRA, 2006, p. 21).

O gerencialismo no âmbito do Estado tem como referência a transferência dos conhecimentos adquiridos nas empresas privadas, cujo referencial está na criação de lucro, para os serviços públicos ofertados pelo Estado com o objetivo de atender os direitos da população através das políticas sociais. As sequelas dessa transposição são imensuráveis tanto para o/a trabalhador/a do Estado tanto para os/as usuários/as das políticas sociais, visto não como sujeitos portadores de direitos, mas como clientes/consumidores/as, contribuindo para a retirada da população no controle social das políticas sociais, despolitizando a sua construção, visto que passam a ser ofertadas sob a ditames mercantis.

Sob a administração gerencial, o agente público ao equiparar-se com o/a trabalhador/a das instituições privadas, lhe são requeridos/as a mesma disciplina das empresas de mercado, aqui em prol da “eficiência”, precarizando ainda mais a forma de contratação, pois o gerencialismo coaduna com a tendência da reestruturação produtiva em tornar a terceirização como regra, com isso, fragilizando o vínculo de trabalho a fim de desmobilizar as reivindicações acerca das condições de trabalho.

Nesse caso o/a trabalhador/a do Estado é imbuído do papel de produzir os resultados com base nas metas quantitativas estimuladas. Entendendo que se no

PROMOÇÃO



APOIO



caso das empresas a produção é para o lucro, nas instituições do Estado inseridas nesse contexto é o racionamento de custos para efetivação das políticas sociais, dado o ajuste fiscal. Nessa circunstância o/a funcionário/a público/a deverá prestar o serviço com o mínimo de recursos possíveis como infraestrutura, matéria-prima e força de trabalho para atender as necessidades dos/as usuários/as.

4 CONCLUSÃO

Diante das nossas análises, há uma evidente incompatibilidade entre o modelo gerencial e a oferta de serviços sociais públicos/estatais para a população, uma vez que, há uma inversão de valores, já que o equipamento que era para responder as reais necessidades da população, passa a ser alvo de controle e racionamento de recursos necessários para a efetivação das políticas sociais, como também, torna-se refém das relações mercantilistas e privatistas, que subordinam e secundarizam a missão estratégica dos equipamentos para efetivação dos direitos sociais como saúde; educação; assistência social e previdência.

Essa inversão provoca maior estranhamento para o/ servidor/a público/a, posto que o princípio ético de atender o bem comum, esvazia-se em detrimento de controle dos processos de trabalho de acordo com os interesses gerenciais de mercado, que penetram as políticas sociais como estratégia de pilhagem do orçamento público.

Esse contexto nos desafia aprofundarmos o debate acerca dos impactos do gerencialismo para a classe trabalhadora, tanto aqueles/as que trabalham nas políticas sociais, quanto a população usuária. De modo que possamos evidenciar e denunciar essa problemática juntos a pesquisadores/as; movimentos sociais; sindicatos e partidos políticos que lutam em prol dos direitos sociais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015

PROMOÇÃO



APOIO



ANTUNES, Ricardo. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018

ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 123, p.407-427, set. 2015. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n123/0101-6628-sssoc-123-0407.pdf> >. Acesso em: 21 mar. 2021.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. **Trabalho docente do assistente social nas federais**: contradições e resistências em tempos de intensificação e produtivismo acadêmico. 2017. 467 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

EBSERH. **Relatório Integrado 2020**. Brasília: Mec, 2020.

EBSERH. **Relatório Integrado 2021**. Brasília: Mec, 2021.

GAULEJAC, Vincent de. **Gestão como doença social**: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida: Ideias e Letras, 2007.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O capital**: livro I capítulo IV inédito. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública**. Rio de Janeiro: Fgv, 2005.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Gestão do setor público: estratégia e estrutura para um novo estado. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter (org.). **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: Fgv, 2006. p. 21-38.

RAICHELIS, Raquel; ARREGUI, Carola C.. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no serviço social em tempos de devastação e pandemia. **Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n. 140, p. 134-152, abr. 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.242>

TONELO, Iuri. Uma nova reestruturação produtiva Pós-Crise de 2008? In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 139-148.

VALENTIM, Erika Cordeiro do Rêgo Barros; PAZ, Fernanda Alves Ribeiro. Serviço Social e TICs: a prática profissional no contexto da covid-19. **Revista Katálysis**,

PROMOÇÃO

APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



[S.L.], v. 25, n. 1, p. 114-124, jan. 2022. FapUNIFESP (SciELO).
<http://dx.doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e82538>

PROMOÇÃO



APOIO

